

II SÉRIE, Nº 30 COLEÇÃO ECONÓMICAS



# UTOPIA, ANARQUIA E SOCIEDADE

Escritos em Homenagem a José Maria Carvalho Ferreira

Coordenadores

RITA RAPOSO

ISABEL MENDES

RAFAEL MARQUES

HELENA MATEUS JERÓNIMO

IDALINA DIAS SARDINHA

JOÃO CARLOS LOPES

MANUEL COELHO

  
ALMEDINA

# A economia como instituição social: um olhar sobre as suas condições e imposições recentes

*Maria Manuel Serrano\**

**Resumo:** Este texto procura apresentar um breve retrato da economia enquanto instituição social. Primeiramente revisitam-se os fundadores da Sociologia e as suas preocupações, permanentes, e persistentes ao longo do tempo, com a economia e com a construção de uma abordagem sociológica da mesma. O processo de desenvolvimento da Sociologia Económica, cujo percurso se enlaça com o próprio percurso da Sociologia e da Economia, é elucidativo sobre a forma como se constrói uma abordagem sociológica das questões económicas. Identificam-se alguns dos principais marcos da história recente da instituição económica, de modo a compreender a origem, a evolução e as mudanças ocorridas no sistema económico capitalista, bem como as mudanças sociais que esse sistema provocou na sociedade. Entre essas mudanças, destaca-se a desindustrialização e a emergência de uma sociedade pós industrial e pós moderna, resultado do processo de globalização da economia. Ao observar estes temas por uma malha mais fina, detemo-nos necessariamente sobre a análise de temas sociológicos imbricados com a economia, tais como o trabalho, o emprego, o desemprego, o subemprego, o consumo e o lazer, bem como sobre as tendências de evolução destes fenómenos na sociedade atual.

**Palavras-chave:** Sociologia, economia, sociologia económica, capitalismo, desindustrialização, mudança social

---

\* Universidade de Évora.

## Introdução

A economia é uma das instituições sociais universais<sup>1</sup>, podendo definir-se como "o sistema social responsável pela produção e distribuição de bens e serviços" (Ritzer, 2013, p. 471). De modo complementar, a instituição económica "é a configuração de modelos esquematizados graças aos quais a sociedade é provida de bens materiais e de serviços (produção, distribuição e consumo) (Silva, 2012 [1983], p. 125).

Independentemente do tipo de sociedade, as atividades económicas institucionalizam-se "à medida que são explicadas por crenças, legitimadas por valores e reguladas por normas" (Vila Nova, 1984, pp. 96-97). O capitalismo, por exemplo, enquanto sistema de produção, não se define apenas por um conjunto de práticas económicas, mas também por ser um complexo de crenças, valores e normas sociais, ou seja, é uma instituição e, neste sentido, qualquer modo de produção é uma instituição (Swedberg, 2003a).

Se é certo que entre as funções das instituições económicas se incluem a "produção de bens e serviços; distribuição de bens e serviços [e de] recursos económicos (trabalho e equipamentos); consumo de bens e serviços" (Cohen, 1980, p. 59), também é certo que nem todas as transações económicas ocorrem na esfera institucional. Há que reconhecer a existência, na sociedade, do conjunto de atividades que se desenvolvem "fora da esfera do trabalho ortodoxo remunerado" (Giddens, 2000, p. 701) e que pertencem à economia informal, ou, de modo mais abrangente, à economia paralela (Gonçalves, 2014).

Este texto procura fazer um breve retrato da economia enquanto instituição social, recorrendo para o efeito a quatro tópicos. Primeiramente revisitam-se os fundadores da sociologia e as suas preocupações, permanentes e persistentes, ao longo do tempo, com a economia e com a construção de uma abordagem socioló-

gica da mesma. Num segundo momento percorrem-se as fases de desenvolvimento da sociologia económica, com o intuito de perceber de que forma se constrói uma abordagem sociológica das questões económicas. De seguida, identificam-se alguns dos principais marcos na história recente da instituição económica, de modo a compreender a origem, a evolução e as mudanças ocorridas no sistema económico capitalista, bem como o alcance das mudanças socioeconómicas e comportamentais que esse sistema introduziu na sociedade. Entre essas mudanças, destaca-se a desindustrialização e a emergência de uma sociedade pós industrial e pós moderna, resultado do processo de globalização da economia. Por fim, olhando para estes temas por uma malha mais fina, detemo-nos necessariamente sobre a análise de temas sociológicos imbricados com a economia, tais como o trabalho, o emprego, o desemprego, o subemprego, o consumo e o lazer, bem como sobre as tendências de evolução destes fenómenos na sociedade atual.

## 1. Sociologia, Economia e Sociologia Económica

A economia foi a primeira, e a mais persistente, preocupação da sociologia (Ramella, 2007). A prova reside no interesse demonstrado por alguns dos fundadores da sociologia, relativamente àquela ciência social, senão vejamos. Karl Marx (1818-1883) centrou a sua atenção nas relações entre os problemas económicos e as instituições sociais e no capitalismo; Max Weber (1864-1920) interessou-se pelo desenvolvimento do capitalismo moderno e pela racionalização da economia; Émile Durkheim (1858-1917) defendeu o estudo da situação económica e analisou a mudança social com base na divisão económica do trabalho; Georg Simmel (1858-1918) interessou-se pelo dinheiro e Thorstein Veblen (1857-1929) pelo consumo.

Enquanto os economistas neoclássicos construíam uma perspectiva redutora da economia, circunscrita ao cálculo racional da alocação de recursos raros para a satisfação de necessidades sociais ilimitadas, a perspectiva sociológica propõe, desde logo, uma

<sup>1</sup> Na linguagem sociológica, para além da economia, as outras instituições de carácter universal são a família, a política, a educação, a religião e o lazer.

Apresentada desta forma, a sociologia económica torna-se inseparável da sociologia geral, na medida em que “o traço característico da sociedade moderna é apresentar-se sob a aparência de uma sociedade económica [de modo que a] reflexão sobre as relações entre o económico e o social possa ser caracterizada como a tarefa central da sociologia e das ciências sociais” (Caillé, 1994, p. 9).

Esta posição remete-nos, segundo Cusin e Benamouzig (2004) para a existência de uma sociologia geral da economia e de uma sociologia económica. A primeira corresponderia a uma sociologia do capitalismo enquanto “sistema económico e social” (Triglia, 2002) e que Weber (1959) denominou “ciência da economia social” (*die sozialökonomische Wissenschaft*). A segunda, igualmente com origem nos fundadores da Sociologia, tomaria como objeto de estudo os “principais factos identificados pela ciência económica”, sob “uma perspectiva radicalmente diversa e um tipo bastante inédito de análise institucional” (Parsons *apud* Smelser e Swedberg, 1994, p. 65). Porém, como “o mundo social está presente em cada ação económica” (Bourdieu, 2000, p. 13) não fará sentido alimentar esta divisão nem tentar definir fronteiras estáveis e rígidas entre sociologia geral da economia e sociologia económica.

A sociologia económica é “uma disciplina de interface entre a Sociologia, a Economia, a Antropologia e a História”, para a qual é difícil encontrar uma definição precisa porque “o seu objecto e o seu corpo teórico estão ainda em construção” (Talahite, 2011, p. 6).

Ainda que a delimitação de campos entre a sociologia e a economia não constitua um objetivo deste texto, o tema afigura-se incontornável sempre que se procura definir a sociologia económica. Como atesta Graça (2012, p. 5) todos os esforços de “constituição de uma sociologia económica, enquanto disciplina dotada de metodologia e espaço conceptual próprios e bem definidos, acabam invariavelmente por ter de referir-se ao problema das relações e das delimitações entre a economia e a sociologia”.

Na história da sociologia económica, estão consensualizados três grandes períodos de desenvolvimento, cujas balizas temporais

podem oscilar, em função do contexto europeu ou norte-americano<sup>2</sup>, a saber:

1) *O primeiro período da sociologia económica (1890-1920)*

Coincide com as contribuições dos fundadores da sociologia, quando, no final do século XIX, a sociologia ganha o estatuto de ciência. Os primeiros autores da sociologia económica são simultaneamente os fundadores da sociologia clássica. Weber<sup>3</sup> e Durkheim procuram desenvolver a sociologia económica como campo particular de análise sociológica, aos quais se vêm juntar Simmel, Parson e Veblen. Paralelamente a sociologia económica é alimentada pelos economistas da corrente historicista, na qual Weber<sup>4</sup> e Sombart se integram, interessando-se sobretudo pelo papel desempenhado pela instituição religião na história económica. A divisão de trabalho entre economia e sociologia institucionaliza-se nos finais do século XIX nos EUA deixando aos economistas a exclusividade dos objetos considerados especificamente económicos (e.g. o mercado) e a sociologia fica com “os restos” deixados pelos economistas e os politólogos (e.g. problemas sociais, desemprego, exclusão, pobreza, etc.) (Talahite, 2011, p. 12).

<sup>2</sup> A institucionalização da sociologia económica ocorreu primeiramente nos Estados Unidos da América e mais tarde em França. Mesmo no designado período de estagnação (1920-1960), a sociologia económica apresentou-se mais dinâmica em França, permaneceu inscrita na sociologia geral e manteve relações mais estreitas com a economia heterodoxa.

As especificidades da sociologia económica em Portugal são tratadas por Peixoto, J. & Marques, R. (2003). “A sociologia económica em Portugal”. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 42, pp. 201-216.

<sup>3</sup> Atribui-se a Weber a “invenção” da Sociologia Económica, na medida em que cria o termo e se esforça por desenvolver esta disciplina.

<sup>4</sup> Embora Weber se tenha considerado ele próprio um economista, a história apresenta-o sobretudo como um dos maiores e mais influentes sociólogos de todos os tempos.

ii) *O segundo período da sociologia econômica (1920-1960)*

Este é, para alguns sociólogos, nomeadamente Swedberg (1987), um período de estagnação e de fragmentação e por isso, relativamente desinteressante. Nesta fase, a sociologia econômica concentrou-se em “retomar ideias antigas” e em fragmentar-se em subespecializações. Nos anos 1950 nos EUA<sup>5</sup>, o paradigma “Economia e Sociedade” centra a sociologia econômica nos fenômenos sociais exteriores à economia. Em França<sup>6</sup>, a institucionalização da sociologia econômica, mais tardia e mais frágil, é marcada pela influência do marxismo, tal como as restantes ciências sociais. Consequentemente, a sociologia econômica fica marcada pelos debates dessa corrente de pensamento, especializa-se – a montante e a jusante – na atividade econômica (e.g. condições socioeconômicas do desenvolvimento, estudos de impacto do desenvolvimento) e fragmenta-se (e.g. Sociologia Industrial, Sociologia do Trabalho, Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia das Empresas, etc.) perdendo assim a capacidade de abordar a economia como totalidade social e de fornecer uma explicação alternativa à ciência econômica (Talahite, 2011, p. 13).

iii) *A nova sociologia econômica (finais dos anos 1970- )*

A NSE assume uma postura crítica<sup>7</sup>, de desconstrução e reconstituição da própria economia. Ela faz reviver a teoria social dos sociólogos clássicos, que definiram as práticas econômicas como partes integrantes da totalidade social e surge como uma corrente crítica ao paradigma “Economia e Sociedade”. A NSE

<sup>5</sup> Na escola norte americana afirma-se a contribuição sociológica do economista Schumpeter (1833-1959), principalmente sobre o capitalismo, o empreendedor e as inovações, na sequência da obra de Weber (Lévesques, 2009).

<sup>6</sup> Na escola francesa de Sociologia destacam-se os trabalhos de Mauss (1923-1924) sobre a troca e a dádiva; de Halbwachs (1933) sobre as classes sociais e o consumo e de Simiand (1932-1934) sobre a evolução dos salários, a moeda e as mentalidades econômicas.

<sup>7</sup> As reações críticas, relativamente ao funcionamento da Economia neoclássica, fazem-se notar entre os sociólogos mas também em alguns economistas.

organiza-se em torno de três conceitos: o mercado, as redes e a cultura. Interessa-se pela construção social do mercado e das instituições econômicas segundo três abordagens: a análise de redes (Granovetter, 1985); a Sociologia Cultural (Zelizer, 1997; Di Maggio, 1983) e as Teorias das Organizações.

Entre as causas que estão na origem do ressurgimento da sociologia econômica contam-se as reações ao imperialismo da economia neoclássica e as mutações econômicas e políticas que ocorreram em meados dos anos 1970. Liga-se também a outros dois acontecimentos: a formação, nos anos 1960, de novos movimentos sociais (e.g. estudantes, feministas, ecologistas, etc.) que reivindicavam autogestão, qualidade de vida, criatividade e autorrealização e o aparecimento, nos anos 1980, das políticas neoliberais, que responsabilizam a intervenção do Estado como principal causa dos problemas econômicos.

Neste contexto, a sociologia econômica reatou com a tradição clássica e apostou na diferenciação das configurações “estado, mercado e sociedade civil”. A NSE procura responder a um duplo desafio: criticar o neoliberalismo e procurar alternativas concretas, como atestam os conceitos de *altermundialização* e de *altereconomia* (Laville, 1994).

O surgimento de uma “nova economia” e de um “novo espírito do capitalismo” (Boltanski & Chapiello, 1999), fazem emergir a noção de “economia relacional”, a qual se estrutura no saber e nos serviços e mobiliza fatores extraeconômicos e não-mercantis (e.g. a investigação, a formação, a qualidade do meio ambiente, entre outros). Esta mobilização pressupõe uma reconfiguração do Estado (enquanto forma de coordenação) e das suas modalidades de intervenção, as quais devem centrar-se numa oferta integrada, em novas formas de regulação (que apelem à sociedade civil), em novos modelos de governança (mais horizontais) e em novas solidariedades.

A sociologia econômica contribui para o reconhecimento da existência de múltiplas formas de coordenação, para além do mercado (mão invisível) e da hierarquia (mão visível dos administra-

dores). A estas vêm juntar-se o Estado, as associações, as redes, as comunidades, etc. A complexidade e a diversidade da configuração tridimensional "Estado, mercado e sociedade civil", é bem demonstrativa da "diversidade dos capitalismo" e dos "modelos nacionais de desenvolvimento" (Lévesque, 2009, p. 308), especialmente quando se fazem comparações entre sociedades do norte e do sul do globo, ou se analisa a geografia da divisão internacional do trabalho (Neto & Serrano, 2008).

Por sua vez, os trabalhos realizados sobre a economia social<sup>9</sup> e a economia solidária<sup>9</sup>, ajudam a compreender que a atividade económica assenta em princípios económicos plurais<sup>10</sup> (mercantis, não-mercantis e não-monetários). A proliferação e os modos de funcionamento de associações, de empresas sociais e de iniciativas da sociedade civil, no âmbito da economia, levantam questões relativamente novas, sobre as relações entre o económico e o político e sobre a natureza de cada uma dessas esferas, bem como sobre a sua permeabilidade (Lévesque, 2009, p. 308).

No contexto da NSE, a noção de economia é ampliada (inclui o não-mercantil e o não-monetário) e o político expressa-se no espaço público e na sua relação com o Estado, de modo a que o so-

<sup>9</sup> O conceito de economia social "remete àquelas atividades económicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia económica associada à utilidade social. Ampliando-se o escopo de significados, pode-se agregar a essa definição o conceito de solidariedade e, concretamente, a hibridação de cursos mercantis, não-mercantis e não-monetários" (Defourny, 2009, p. 156).

<sup>9</sup> O conceito de economia solidária surge na década de 1990, "quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades económicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. [Atualmente o conceito de economia solidária] é amplamente utilizado em vários continentes, com aceções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado" (Laville e Gaiger, 2009, p. 162).

<sup>10</sup> Os princípios económicos plurais também estão presentes no capitalismo, mas, por déficit de democracia económica, não são reconhecidos (Lévesque, 2009, p. 308).

cial se possa relacionar com a economia. A economia não é externa à sociedade.

Segundo Lévesque (2009), os riscos económicos e sociais, com origem no sistema económico dominante, poderão constituir uma oportunidade para estimular o início de um efetivo desenvolvimento justo e sustentável, por intermédio de uma regulação à escala global, assegurada por instituições internacionais que respeitem a democracia.

Neste contexto, as controvérsias entre Polany (1983) e Granovetter (2000) sobre o "desencastramento da economia moderna" e sobre o "encastramento da economia nas redes", respetivamente, podem reconciliar-se. Senão vejamos, o primeiro autor considera o "próprio princípio do mercado" como tipo ideal (tal como definido pelos economistas) enquanto o segundo analisa os "mercados concretos", cujo funcionamento mobiliza as redes e as relações pessoais. Sob o ponto de vista político, essas duas posições divergem - uma questiona a "economia de mercado", que se tornou "sociedade de mercado", ao passo que a outra aceita que o mercado "instrumentalize" as relações sociais a seu favor - mas do ponto de vista da análise sociológica serão certamente um desafio.

Ainda que a sociologia económica tenha feito um caminho de consolidação e de atualização, do qual se deu conta ainda que de forma breve, a sua condição atual continua, segundo Graça (2012), instável.

## 2. Marcos históricos na mudança da instituição económica

Nos últimos 200 anos as economias ocidentais sofreram grandes mudanças, balizadas pela revolução industrial<sup>11</sup> e pela desin-

<sup>11</sup> O sistema capitalista que emerge com a revolução industrial é contestado, nomeadamente pela teoria marxista, e o comunismo surge como um sistema económico orientado para o colectivo. Por sua vez, o socialismo afirma-se como uma fase histórica que sucede ao comunismo e que envolve o esforço da sociedade para planear e organizar a produção de modo consciente e racional (Ritzer, 2013, p. 498).